

**Antonio Delfim Netto**

# **ECONOMIA É COISA SÉRIA**

**Brasil, mercados, política (2000-2018)**

**ORGANIZAÇÃO E PREFÁCIO**  
**André Mendonça de Barros**



Igualdade de oportunidades  
Protagonismo irrecuperável  
A Temer o que é de Temer  
De onde partimos e aonde chegamos

## **A ECONOMIA E SUAS TRIBOS**

### ***Uma discussão de teoria econômica***

Produto potencial  
Monetaristas e desenvolvimentistas  
Desenvolvimento endógeno  
O progresso da teoria econômica  
O compromisso fiscal  
Política econômica  
Uma crise a cada nove meses  
Substituição de importação  
A economia é coisa séria  
Políticas públicas  
É o desemprego, tontos!  
Taxa de câmbio e desenvolvimento  
Inflação versus desemprego  
Ortodoxos e heterodoxos  
De John a John: a importância da economia  
Inquietação na tribo  
A esquecida economia de escala

## **O CAPITALISMO E OUTROS “ISMOS”**

### ***Sobre o sistema político e econômico***

Iguais mas desiguais  
Os capitalismoos

É o crédito, companheiro!  
O capitalismo e as finanças  
De Belém a Davos  
Os novos modelos econômicos  
A tragicomédia da propaganda eleitoral  
Liberalismo e capitalismo  
O jogo político e a história  
Reminiscências de um socialismo infantil...

## **UM OLHAR PARA O MUNDO**

### ***Temas internacionais***

Brasil e Coreia  
Lições da Noruega  
O milagre chinês  
O euro e a Grécia  
A China e o mundo  
A Eurolândia e o mundo  
Entre a COP-21 e a *Laudato Si*  
Caiu a ficha  
Trump e a história americana

*Sobre o autor*

*Créditos*

## PREFÁCIO

É LONGA A TRADIÇÃO DO PENSAMENTO que enxerga a liberdade como pilar central de uma experiência humana virtuosa — na verdade, um conceito que correu os milênios e atingiu as várias áreas do debate intelectual. Não resta dúvida, porém, de que os economistas têm um particular apreço por essa ideia. A ciência econômica — e já haveria aí espaço para muita conversa: estamos mesmo falando de uma ciência? — baseia-se amplamente no conceito de um funcionamento livre e natural da atividade econômica. O mercado não seria uma invenção humana, mas uma descoberta. Como primeiro notou Adam Smith, o pai da matéria, a quebra da atividade econômica em pequenos pedaços é a explicação central para a riqueza das nações. No exemplo clássico, um trabalhador solitário poderia produzir vinte alfinetes por dia; numa fábrica, sua produtividade aumentaria para quase 5 mil.

A obra maior de Smith, não por coincidência, foi escrita no mesmo momento em que nascia o fenômeno do crescimento econômico, com o advento do capitalismo e das economias modernas. Mas como saber então quantas pessoas seriam alocadas em cada atividade? Alfinetes, batatas, cerveja, livros de

economia? Como quantificar o que produzir de cada item? Como juntar tantas pecinhas num quebra-cabeça que começava a tornar-se mais e mais complexo? O próprio mercado, eis a resposta, se encarregaria de resolver a equação — desde que fosse livre para que o sistema de preços pudesse funcionar. A liberdade seria condição sine qua non de uma economia moderna.

Tem alguma base, portanto, o estereótipo do economista como alguém obcecado pelo livre mercado — e é verdade que há na profissão quem de fato abraça essa obsessão. Felizmente, o debate econômico de alto nível passa muito longe dessa caricatura. O próprio Smith, aliás, foi um pensador muito mais sofisticado do que sua caracterização usual sugere. Há muito temos ciência de que em um sem-número de situações o mercado falha. É aí que o saber econômico faz uma brutal diferença, concebendo modos de atuação para corrigir desvios que, em situações-limite, poderiam postar economias inteiras de joelhos. Colocado de forma simples, a boa teoria econômica é aquela que delinea bem essa fronteira: deixa livre o mercado sempre que possível e atua de forma inteligente e incisiva sempre que necessário. Fácil de falar, mas muito difícil de seguir na prática, apesar de tantos exemplos de boas e más condutas dos gestores ao longo da história.

Os bons teóricos entendem também que o saber técnico é fundamental, mas a economia é sobretudo uma ciência humana. Lidamos com pessoas, e elas frequentemente seguem uma direção contrária à desejada pelo ministro da Economia ou pelo teórico da universidade. Por isso mesmo é preciso lembrar que o

saber econômico será sempre secundário ante a política: é esta que dá a última palavra. Economistas completos não apenas detêm o conhecimento, mas buscam também influenciar — positivamente, espera-se — a formação de consensos na sociedade. Pois sabem que é aí que se ganha ou perde o jogo. A história brasileira recente é rica em episódios de consensos que nos livraram de males persistentes. E, também, de outros que nos jogaram no buraco.

Daí a importância do bom debate, com o saudável encontro de visões naquilo que também é um mercado: o de ideias econômicas. Felizmente, o Brasil conta com veículos importantes de informação especializada. E, também felizmente, temos um corpo de especialistas na área com formação e reputação em linha com o que se produz de melhor no mundo. Este livro reúne uma pequena mostra da excelência nesse front: a coluna semanal de Antonio Delfim Netto no jornal *Valor Econômico*. Mais influente economista brasileiro, ministro que liderou nossa última experiência de crescimento econômico acelerado, Delfim foi convidado a integrar desde o início o time de colaboradores do jornal, pelo inesquecível Celso Pinto, criador do *Valor*; e manteve sua participação sem uma única falta ao longo de dezoito anos, entre 2000 e 2018: a coluna só foi descontinuada quando Delfim completou noventa anos e achou por bem encerrar sua contribuição. Coube a mim o privilégio de selecionar uma amostragem de artigos dos quase mil textos da série. Esse conjunto foi então agrupado, de maneira algo arbitrária, em quatro blocos temáticos: “O Estado, o mercado e as urnas”, “A economia e suas tribos”, “O capitalismo e outros

‘ismos’” e “Um olhar para o mundo”. Esperamos que esta organização ajude o leitor a caminhar por assuntos tão díspares quanto a taxa de câmbio de equilíbrio, a ascensão da China, a crise financeira de 2008, o caos tributário do Brasil ou a história das ideias econômicas.

A seleção dá pistas sobre o pensamento de Delfim Netto, lapidado não apenas por décadas de intensa atividade acadêmica na sua querida Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP; onde, aliás, também me formei), mas sobretudo por sua atuação na linha de frente da política econômica e como ativo partícipe das discussões econômicas desde então. O mercado é central para o desenvolvimento, afirma Delfim Netto, mas a experiência demonstra que, para funcionar bem, ele precisa operar dentro de certas condições, em instituições políticas que impeçam o acúmulo exagerado de poder em poucas mãos. O mercado normalmente conduz à eficiência produtiva e à liberdade, mas raramente (ou nunca) gera a igualdade. Sociedades virtuosas, como a Alemanha, nominalmente citada como exemplar por Delfim, conseguem de alguma forma equilibrar os dois pratos: eficiência econômica e (alguma) igualdade. Trocando em miúdos, a economia necessita da política — de preferência na forma de uma democracia que permita a correção de rumos de tempos em tempos.

É uma discussão especialmente quente nas décadas cobertas por este livro. A grande crise financeira de 2008, cujos efeitos em alguma medida ainda se fazem sentir, foi produto em larga medida de um mercado operando em meio a falhas grotescas de

regulação. A crítica às ideias econômicas que permitiram a desregulamentação dos mercados financeiros foi sempre central na coluna: tanto por seu efeito desastroso sobre a atividade econômica e o emprego quanto pela consequente aceleração das desigualdades em anos recentes. É curioso, aliás, que Delfim tenha virado uma espécie de porta-voz desse ataque ao capitalismo financeiro sem freios — logo ele, por tanto tempo criticado pela esquerda pelo efeito supostamente concentrador de sua atuação pública (com a famosíssima sugestão de que o bolo primeiro deveria crescer para só então ser dividido, frase que Delfim nega ter dito).

Os artigos cobrem um tempo especialmente rico também sob a óptica estritamente brasileira. Há duas fases muito marcantes no período abrangido pelo livro: os anos FHC e os anos Lula/Dilma, com a dicotomia PSDB-PT que marcou a cena política e econômica do país até recentemente (e que tanta saudade tem despertado em muita gente...). A leitura deixa uma sensação curiosa: Delfim parece abrandar sua dura crítica ao PSDB com o passar do tempo, reconhecendo-lhe méritos que talvez não enxergasse a princípio; e fazer o oposto em relação aos anos do PT, suavizando os elogios conferidos na primeira década dos governos petistas. É o que o distanciamento histórico faz: torna possível analisar com menos paixão, e o que sobressai no período é um copo meio cheio, para usar a surrada metáfora. Não há dúvida de que avançamos, e até bastante, a depender de para onde se olhe. Mas também fica a sensação de relativo fracasso, especialmente na tentativa de engatar novamente uma fase de crescimento acelerado — e isso muito antes da pandemia



que tanto vai nos custar. Nesse ponto, entra em campo também outra faceta do intelectual com sua bagagem: por mais angústia que isso nos cause, o fato é que a história tem o seu tempo. Podemos — devemos — pressionar em favor de reformas profundas. O Brasil precisa mesmo acelerar o passo. Delfim lembra que o país parou de avançar com consistência há mais de quarenta anos, e temos muito trabalho para recuperar o tempo perdido. Mas, vale repetir, o saber econômico tem um efeito limitado: a palavra final será dada, a cada quatro anos, pelo conjunto dos brasileiros.

André Mendonça de Barros

O ESTADO, O MERCADO  
E AS URNAS

*O Brasil e os papéis do Estado  
e do setor privado*

---

## A busca da igualdade

*Publicado em 18 de julho de 2000*

---

VIVENDO NUMA SOCIEDADE MODERNA cada indivíduo tem a percepção de que participa de dois universos separados: o político e o econômico, dos quais ele é a interseção. O universo político é o do governo democrático, que implica: 1) eleições periódicas honestas, com sufrágio universal e partidos competitivos, 2) a existência de uma oposição bem definida, 3) a proteção dos direitos das minorias e 4) a liberdade de associação e de expressão. Nesse universo se realiza a “justiça” na política que é expressa na Constituição, e nele os homens constroem certos valores que definem como pretendem viver na sociedade: liberdade individual, relativa igualdade, atendimento das necessidades básicas de todos e necessário suprimento de certos bens públicos (o próprio mercado e a estabilidade monetária) que permitem a convivência civilizada. É a “justiça” no universo da política que produz o Estado, protege o cidadão e define a base institucional sobre a qual se construirá o universo econômico.

O universo econômico, por outro lado, se organiza, perigosamente, em torno de um só poder: o mercado. Séculos de

observação mostram que a interação de um número muito grande de agentes, cada um procurando seus próprios interesses, produz, misteriosa e espontaneamente, uma certa autocoordenação. A esse comportamento organizado que parece emergir da desordem chamamos “mercado”, e o que os economistas observaram é que ele depende de condições especiais: 1) uma definição precisa do direito de propriedade, que permita ao indivíduo a apropriação dos benefícios dos seus esforços, 2) liberdade de iniciativa e 3) existência de instituições políticas que, além de estabilidade monetária, garantam o estrito controle das práticas monopolísticas que permanentemente seduzem os agentes econômicos.

É óbvio que essas condições só podem ser estabelecidas no universo da política. A “justiça” do mercado é simples e expressa no valor absoluto: cada um ganha, dentro da lei, rigorosamente o que puder! Cada cidadão é parte, simultaneamente, dos dois universos, mas o universo econômico (o mercado) é definido dentro do universo da política.

Talvez o exemplo mais claro disso sejam as instituições criadas, em 1951, pela chamada economia social de mercado, que foram a base da reconstrução e da prosperidade da Alemanha depois da Segunda Guerra até praticamente 1970. Após a reunificação (1990), o país sofreu uma recessão com inflação, mas manteve as instituições trabalhistas que sempre se negaram a aceitar que o trabalho e o “conhecimento” são uma mercadoria qualquer: um “insumo” igual à energia ou ao capital. Quem olhar de perto a organização do trabalho e sua codeterminação no processo industrial na Alemanha vai

enxergar um processo democrático e participativo insuspeitado. Ao contrário de todas as previsões terroristas de esclerose do seu mercado de trabalho, o desemprego na Alemanha começou a diminuir à medida que a economia se expande depois da convergência imposta pelas condições de Maastricht e pelas complicações da unificação.

Pragmaticamente, portanto, para uma sociedade encontrar funcionalidade tem que procurar um “ponto áureo”, que equilibra os valores dos dois universos. Essa parece ser a construção constitucional de um Estado de direito, forte o bastante para garantir os direitos individuais, que respeite o trabalho como a atividade natural do homem, que proteja a propriedade privada e a competição, mas também seja capaz de construir uma rede de segurança que atenda às necessidades básicas dos cidadãos menos afortunados.

Mas há um problema. O mercado, quando bem regulado, pode levar à eficiência produtiva e respeitar a liberdade, mas está longe de produzir a relativa igualdade. Ora, gostemos ou não, a igualdade (no sentido mais geral) é uma das aspirações fundamentais da “justiça” política nas sociedades democráticas, como observou Alexis de Tocqueville. A ideia de igualdade é o poderoso demônio que atormenta o homem cada vez que ele tem tempo para o pensamento crítico. Ela é permanente na história: em Aristóteles, trezentos anos antes de Cristo, já encontramos uma longa discussão sobre o tema.

É precisamente a igualdade o valor que mais tem sofrido com o funcionamento desabrido dos mercados, que se realiza sob os auspícios das políticas sugeridas pelos organismos

supranacionais como o FMI, o Bird e a OMC. Mais dia, menos dia, para o bem ou para o mal, o processo democrático (isto é, as urnas!) vai corrigir esse esquecimento da história.

## Chega de culpar os outros

*Publicado em 28 de maio de 2002*

---

DEPOIS DO GRITO ALUCINANTE do “Exportar ou morrer”, fica cada vez mais claro que, apesar do brilhante plano de estabilização realizado em seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso entregará ao sucessor um país em situação precária. Tudo feito entre um terço e metade do que deveria ter sido. Uma análise cuidadosa vai revelar que um erro lamentável de política econômica transformou o Plano Real no mais custoso de quantos se fizeram no mundo, sem lhe dar, sequer, a primazia nos resultados sobre a inflação. Basta comparar com os programas chileno e mexicano.

O custo se medirá na redução do ritmo de crescimento econômico, no aumento do desemprego e no abandono do esforço exportador. Para fazer justiça é preciso dizer que as bobagens com as exportações começaram em 1986 no fracassado Plano Cruzado. Congelou-se a taxa de câmbio e abandonou-se o grande esforço exportador que era o Beflex, quando já tínhamos capturado (em 1984) pelo menos uma indústria produtora de semicondutores (que era o futuro) que se foi para a Ásia. Depois o câmbio foi outra vez congelado em 1990 no governo Collor, ao

mesmo tempo que se reduziam as tarifas. Não satisfeitos, repetiram a dose em 1994 com o Plano Real... Com grandes tolices e pequena competência, transformamos o dinâmico setor exportador brasileiro no mais arriscado e o menos rentável da economia nacional.

Mas por que essa insistência sobre as exportações? Porque agora é claro que, se apenas tivéssemos mantido a nossa participação de 1984 no comércio mundial, teríamos crescido mais e não estaríamos na armadilha construída pela imensa dívida interna e pelo enorme passivo externo. Essas são as vulnerabilidades que o governo FHC deixará como herança ao seu sucessor. Enquanto não forem desmontadas, impedirão o crescimento e o aumento do emprego.

Frequentemente se ouve que tal crítica é injusta porque 1) a estabilização tem sempre como consequência uma redução do crescimento e 2) ela produz, necessariamente, um aumento da vulnerabilidade externa e um aumento da dívida interna.

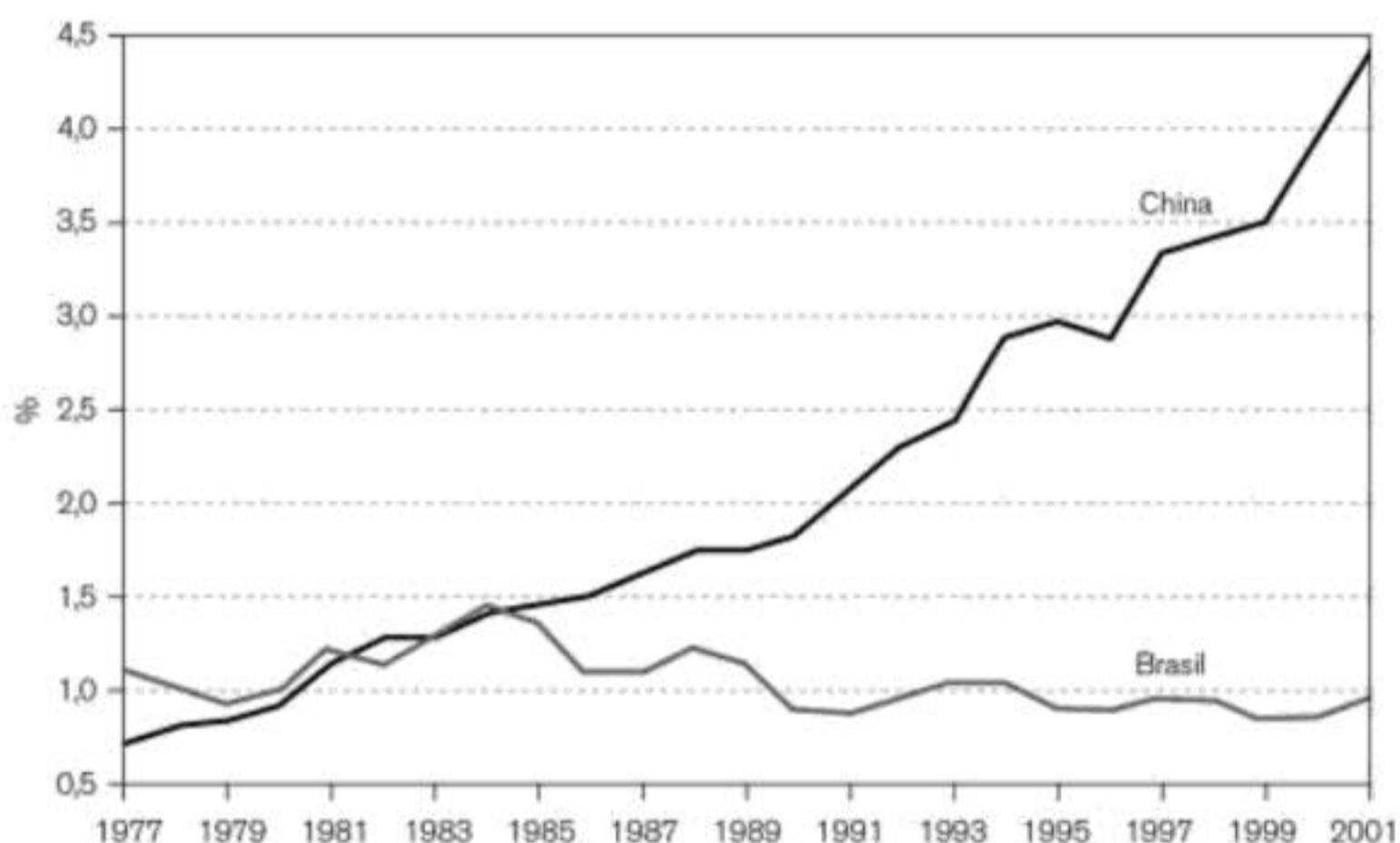
Nenhuma dessas proposições encontra base factual. Pelo contrário, quando comparamos o Plano Real com a estabilização chilena ou a mexicana, vemos que esses países cresceram mais do que o Brasil, têm hoje taxa de inflação menor e relações “amortização mais juros/exportação” e “dívida externa/exportação” menores do que as nossas. A diferença básica pode ser encontrada no fracasso de nossas exportações, que entre 1994 e 2001 cresceram à taxa de 4,2% ao ano, enquanto as chilenas e mexicanas cresceram mais de 10%!

Uma justificativa ainda mais cínica do que as anteriores é a de que “o mundo fechou-se para o Brasil” e isso explicaria por que



nossa relação dívida externa/exportação é de quase quatro, contra dois no Chile e um no México. Essa insistência em sempre atribuir aos outros os nossos problemas está muito desgastada. Para mostrar isso, nada melhor do que o exemplo da China. O gráfico 1 apresenta a participação brasileira e chinesa no comércio mundial das exportações.

**Gráfico 1.** Participação no comércio mundial das exportações



FONTE: OMC, Secex.

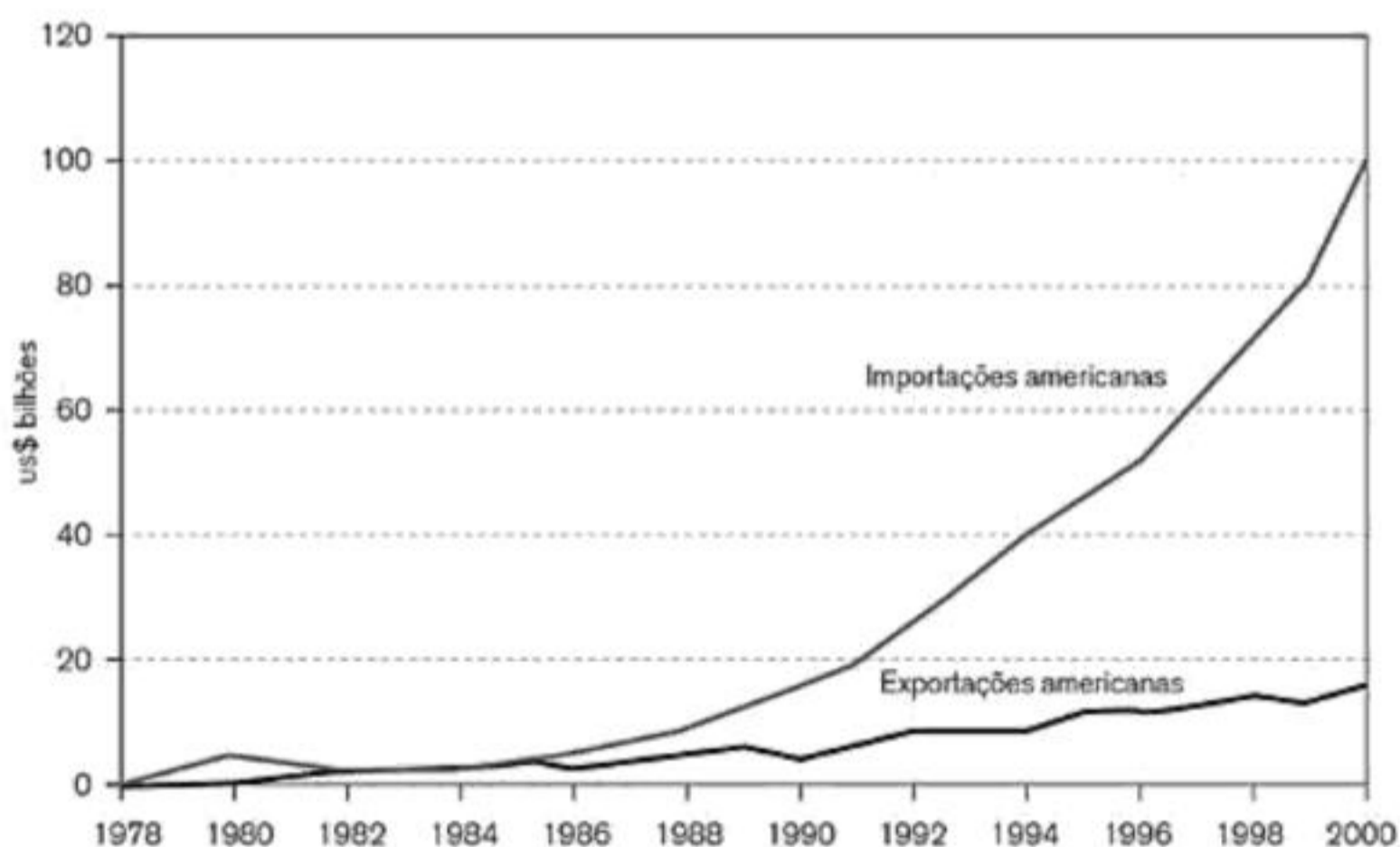
ELABORAÇÃO: Ideias Consultoria

Vemos que a China já era ativa no início dos anos 1980, mas que o Brasil acompanhava o ritmo. Foi a partir de 1985 que as coisas desandaram para nós e melhoraram dramaticamente para o país asiático. Quando examinamos os fatos, encontramos os truques e subsídios imaginados pelos chineses para ampliar as suas exportações, enquanto os governos as estrangulavam no Brasil. A China só entrou na OMC em 2002, com seu lugar

internacional consolidado. O incrível é que até hoje alguns economistas brasileiros acreditam que os chineses sempre tiveram uma única moeda, uma única taxa de câmbio e nunca realizaram uma desvalorização...

A China ampliou seu comércio com todos os países, particularmente com os Estados Unidos. É claro que os interesses políticos americanos facilitavam as coisas para os chineses, mas é ridículo pensar que eles “perseguiam” as exportações brasileiras. O gráfico 2 mostra a invasão chinesa no mercado americano a partir de 1985 (quando abandonamos nossa política exportadora):

**Gráfico 2.** Comércio entre China e Estados Unidos (1978-2000)



FONTE: Nicholas R. Lardy, Integrating China into the Global Economy, p. 159.

ELABORAÇÃO: Ideias Consultoria

Em 2000, o saldo comercial da China com os Estados Unidos foi superior ao total das exportações brasileiras! Em larguíssima medida, isso se deve à agressividade comercial chinesa, não às restrições americanas aos produtos brasileiros, que já existiam em 1984...

## Para o crescimento

*Publicado em 2 de setembro de 2003*

---

O PROBLEMA DE ALGUNS PETISTAS RADICAIS (portadores de um duvidoso marxismo) com o processo de desenvolvimento econômico capitalista é mais sério do que em geral se pensa. Generosamente, eles desejam construir uma sociedade sem classes onde não existem a eficiente divisão do trabalho (que é a origem do aumento da produtividade) e a propriedade privada (que garante a apropriação dos frutos da iniciativa individual). Pode-se pensar em formas alternativas da organização econômica — como é o caso, por exemplo, do cooperativismo ou da chamada economia solidária, que amenizariam a distância entre as pessoas, que a divisão do trabalho e a propriedade privada acentuam —, mas elas estão longe de ser hegemônicas em qualquer sociedade moderna.

O registro histórico desde a remota Antiguidade parece revelar que as sociedades onde o Estado foi parcimonioso na extração do excedente de seus súditos e onde estes puderam reter o produto de suas iniciativas tiveram progresso econômico mais robusto. A bibliografia sobre o assunto é longa e razoavelmente conclusiva. Adam Smith sintetizou esse fato em

1755 numa célebre passagem: “Para transformar um Estado do mais baixo barbarismo ao mais alto grau de opulência são necessários: paz, tributação leve e uma tolerável administração da justiça. Todo o resto vem pelo curso natural das coisas”.

Vinte anos depois, em *A riqueza das nações*, Smith mostrou como um mercado competitivo que produz uma eficiente alocação de recursos para atender ao consumo e à ampliação persistente da divisão do trabalho (muito estimulada também pelo comércio internacional) é um fator importante para o desenvolvimento econômico. É claro que o desenvolvimento não é apenas aumento do consumo, mas, também, o aumento pari passu da capacidade produtiva para atendê-lo. A ampliação da capacidade produtiva é resultado da disposição do empresário de reconduzir ao processo produtivo, como investimento, uma parte do seu próprio excedente (ou um valor que pode tomar emprestado de outros). Isso ele só faz quando pode reter no presente o fruto da sua iniciativa e vê a continuação do processo de crescimento no futuro. Com o novo investimento eleva-se a relação capital/mão de obra e, com ela, a produtividade do trabalho. Investimento aqui inclui, também, a infraestrutura e a qualidade do capital “humano” (educação, saúde) normalmente realizadas pelo Estado e que se refletem diretamente no aumento da produtividade do setor privado.

Fica cada vez mais claro que o desenvolvimento econômico indefinido (endógeno) é produzido pelo avanço das invenções, das inovações e das novas tecnologias que se incorporam ao capital a cada “novo” investimento. O investimento, por sua vez, depende da capacidade inventiva e da proteção temporária dos

direitos sobre os benefícios produzidos por ela. O desenvolvimento é “indefinido” porque (ao contrário do que supunham os clássicos e neoclássicos) só terminará quando se extinguir a capacidade inventiva da humanidade.

Quando olhamos mais de perto esse modelo, ele esclarece por que encontramos o desenvolvimento em certas formas concretas de desenrolar histórico sintetizadas na frase de Adam Smith. O livre funcionamento dos mercados, a disposição de investir dos empresários, o desenvolvimento tecnológico e as invenções dependem da instituição e garantia da propriedade privada. O Estado parcimonioso, a tributação leve e a razoável administração da justiça andam, em geral, de mãos dadas com a instituição da propriedade privada que é a chave do desenvolvimento: o homem só toma uma iniciativa arriscada no campo econômico quando é estimulado pela possibilidade de apropriar-se dos eventuais benefícios de sua ação.

A sociedade razoável tem que combinar três valores: a liberdade de iniciativa, a relativa igualdade e uma eficiente máquina produtiva. Estes não são inteiramente compatíveis, o que exige o exercício da política. Talvez seja por isso que a forma mais frequente e duradoura de desenvolvimento econômico se realize nas sociedades democráticas pluripartidárias.

No momento em que o presidente Lula chama a nação para incorporar-se ao “espetáculo do crescimento”, seria muito bom que os generosos “jacobinos” do PT fizessem uma pequena concessão: aceitar que o primeiro ato do espetáculo será “capitalista” e que se deve aperfeiçoar as instituições e respeitar a propriedade privada. Sua insopitável tendência a apelar a um

Estado falido para resolver nossos problemas é mortal para o desenvolvimento.

## Nosso fracasso

*Publicado em 8 de junho de 2004*

---

NOS ÚLTIMOS ANOS TEM SIDO PUBLICADO um bom número de interessantes estudos sobre o desenvolvimento da economia brasileira entre 1950 e 2000, tentando esclarecer por que, depois de um movimento vigoroso de crescimento até o início dos anos 1980, entramos numa fase de “patinação”, com pequenos surtos de crescimento logo abortados. A maioria desses estudos usa o célebre “método contábil” que, utilizando uma função de produção escolhida, separa “as causas” do crescimento em três fatores: 1) a contribuição da mão de obra, 2) a contribuição do estoque de capital e 3) a contribuição do progresso tecnológico.

Os resultados dependem, como é óbvio, da natureza da função selecionada; da quantidade de horas trabalhadas por operários com vários níveis de educação; da definição e da medição do estoque de capital que certamente não é homogêneo: a cada ano o novo capital (o investimento que substitui o gasto no processo produtivo e aumenta o estoque remanescente) já incorpora os avanços tecnológicos. O “progresso tecnológico” é uma espécie de resíduo misterioso que ajuda a “função de produção” a



capturar a componente de crescimento que não foi apreendida pelo trabalho e pelo capital, na forma em que foram definidos.

Quando se “refina” a definição dos fatores, o resíduo é diferente, e/ou quando se modifica a “função de produção” temos outros resultados. Talvez seja por isso que nenhum desses estudos contém uma explicação convincente – a *causa causans* – da queda do ritmo de crescimento que se abateu sobre nós a partir dos anos 1980. Uma segunda objeção à “contabilidade do crescimento” é que, a despeito de os acréscimos da função (suposta contínua e diferenciável) sugerirem a ortogonalidade dos fatores, isso não ocorre nas variáveis estatisticamente construídas, o que significa que sempre haverá sérias dúvidas sobre a famosa produtividade total dos fatores (PTF) tão frequentemente utilizada para distinguir “fases” do crescimento.

Da mesma forma, estudos que utilizam dados de vários países (*cross-country*) para estabelecer relações entre os “fatores causais” e o crescimento do PIB estão sujeitos a toda sorte de “pragas metodológicas” que não podem ser corrigidas, como às vezes se pensa, aumentando o número de fatores nas regressões. Hoje eles já envolvem desde as coordenadas geográficas, a propensão à malária e a religião majoritária dos países envolvidos! No final, os problemas de endogeneidade não permitem esclarecer se eles são causa ou efeito do desenvolvimento...

Esses estudos são úteis, mas parece que o processo de desenvolvimento é muito complexo para ser apreendido por uma função de produção e um resíduo tecnológico que deixam de fora 1) o Estado, 2) o “espírito animal” dos empresários e sua

capacidade de coordenação e 3) as instituições favoráveis à sua expansão (propriedade privada, o mercado, o respeito aos contratos etc.). Basta dizer que a mesma função e as mesmas definições dos fatores foram durante anos aplicadas para “explicar” o desenvolvimento das economias ditas “socialistas”. *Desunt multa*, como diriam os latinos.

A análise concreta do processo de desenvolvimento tem de implicar não apenas a teoria econômica e a econometria, mas a história, a geografia (não apenas as coordenadas geográficas), a organização política e as instituições que determinam as condições iniciais do processo, e depois vão respondendo às necessidades do próprio desenvolvimento.

Sempre se soube que duas das condições primordiais para um desenvolvimento econômico bem-sucedido são a abertura para o exterior e a ênfase nas exportações. Graças a um preconceito cepalino (expresso na tese Prebisch-Singer) e ao predomínio do café, deixamos de atender àquela condição até 1964 e abandonamos de vez o objetivo das exportações a partir de 1984, com três períodos de congelamento da taxa de câmbio, em 1986, 1990 e 1994-8.

O gráfico abaixo explica o nosso fracasso melhor do que qualquer “contabilidade de crescimento” ou mil regressões *cross-country*. Ele dá o crescimento do volume das exportações do Brasil comparado ao de uma série de outros países desde o início do seu esforço exportador:

**Gráfico 3.** Comparação: volume exportado

*image  
not  
available*

URVs e depois reconvertendo na nova unidade monetária (o real) e a corajosa liquidação de todos os mecanismos de correção monetária que davam dinamismo próprio aos preços. O resultado foi dramático. Em poucos meses a taxa de crescimento anual dos preços (isto é, a inflação) veio abaixo para nunca mais se recuperar, como se vê na tabela a seguir:

Taxa de crescimento (%)		
Ano	Inflação (IPCA)	PIB
1994	2075,89	5,85
1995	66,01	4,22
1996	15,76	2,66
1997	6,93	3,27
1998	3,20	0,13
1999	4,86	0,79
2000	7,04	4,36
2001	6,84	1,31
2002	12,53	1,93
2003	9,30	-0,22

FONTE: IBGE.

A média de aumento dos preços depois do processo de ajuste (1997-2003) foi de 6,3%. Infelizmente o crescimento médio anual do PIB no mesmo período foi de 1,8%. Quando se compara o Plano Real com outros planos de estabilização que funcionaram, os resultados não parecem muito brilhantes. Há, entretanto, um problema nessa comparação. Em 2001 o Brasil

*image  
not  
available*

consolidação geográfica das nações que criaram os mercados internos e beneficiavam as indústrias com economias de escala. Criaram, também, as condições para o aparecimento de um sistema financeiro capaz de financiar empreendimentos de infraestrutura. Em todos os países o Estado promoveu surtos de menor ou maior liberdade comercial externa, em função dos “estágios” do desenvolvimento industrial que consolidavam.

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial as maiores potências e as que ainda almejavam sê-lo competiram ferozmente entre si pela criação e apropriação (pelo roubo puro e simples!) das novas tecnologias. Sob a vigilância do Estado, protegeram seus mercados com tarifas acumuladas sobre um sistema de taxas de câmbio competitivas, quase caóticas.

O entusiasmo que sucedeu à Segunda Guerra Mundial deu visibilidade à União Soviética como um “modelo estatal alternativo”, “viável” e “eficiente” de desenvolvimento. Os economistas ocidentais, abrigados nas instituições criadas pela Organização das Nações Unidas, buscaram estimular o desenvolvimento através da criação de uma teoria do planejamento apoiada na ação do Estado. Ela atingiu o seu ápice nos anos 1960 sem produzir qualquer resultado (teórico ou prático) digno de registro. No país em que, com o apoio explícito do governo e da academia americanos, o exercício foi levado mais longe – a Índia –, com o objetivo de comparar o “desenvolvimento com democracia” e o “desenvolvimento com ditadura” que se ensaiava na China (apoiado pela União Soviética), o fracasso foi completo. O experimento chinês não foi

*image  
not  
available*

2. que o equilíbrio fiscal com uma carga tributária mais leve (em torno de 25% do PIB, em lugar dos atuais 38%) e um endividamento mais modesto do Estado (em torno de 30% em lugar dos atuais 51%) são condições sine qua non para se obterem taxas de juros reais razoáveis (talvez entre 2% e 4% em lugar dos “eternos” 10%), que estimularão uma taxa de investimento capaz de assegurar um crescimento sustentado robusto (qualquer coisa entre 5% e 7%);
3. que a sociedade rejeita qualquer aumento de impostos e o sistema financeiro se recusa a financiar o aumento do endividamento. Logo, não resta alternativa a não ser um “choque de gestão” capaz de incentivar ao longo de alguns anos um aumento de produtividade do setor público nos três níveis de governo;
4. que esse programa tem que começar pela fixação rigorosa das despesas de custeio dos governos ao seu valor real atual. Em outras palavras, elas serão corrigidas não pelo PIB nominal ou pelo nível da receita pública como hoje, mas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
5. que o estranho conceito que em linguagem orwelliana se denomina “superávit primário” (o qual não é “superávit” que possa ser gasto, mas gasto que já foi feito) deve ser calculado de modo a reduzir paulatinamente a relação dívida líquida/PIB, importante determinante da taxa de juro real;
6. que a existência de boas instituições é fundamental para garantir um funcionamento eficiente do sistema de preços (o mercado) como instrumento de alocação de recursos que são escassos e têm múltiplos usos;
7. que o mercado é compatível com a liberdade individual, mas não oferece nenhuma garantia para uma relativa igualdade que é intensamente desejada para o equilíbrio social, o que exige uma ação do Estado;
8. que a “eficiência” do mercado será percebida como socialmente injusta se não tiver em sua retaguarda uma política que, com o



*image  
not  
available*

No universo da política, os homens constroem certos valores que acabam definindo o que entendem por “justiça”: liberdade, relativa igualdade, atendimento das necessidades básicas de todos e a produção de certos bens públicos que permitem uma convivência civilizada. Esses bens públicos gozam de duas propriedades importantes: ninguém pode ser excluído do seu uso e todos podem usá-los sem diminuir a quantidade usada pelos outros. Quatro bens públicos importantes são a segurança interna e externa, a criação de igualdade de oportunidades, a produção da justiça e a garantia de uma moeda com valor estável.

A preocupação com a igualdade de oportunidades e o provimento da justiça para todos no universo da política produz o cidadão e define a base institucional sobre a qual se constrói e se dá legitimidade ao universo econômico. Este se organiza perigosamente em torno de um só poder: o mercado. A história mostra uma intrigante correlação (não de causalidade) entre liberdade política, liberdade econômica e progresso material. O fracasso retumbante do socialismo real é apenas a mais recente manifestação dessa correlação. O fantástico desenvolvimento da China, por outro lado, nos adverte sobre a ausência de causalidade.

No universo econômico, a eficácia da coordenação das atividades pelo sistema de preços (o mercado) depende: 1) de uma definição precisa do direito de propriedade, 2) da plena liberdade de iniciativa e apropriação de seus resultados e 3) do estrito controle das práticas monopolísticas, o que é definido no universo da política. A justiça do mercado decorre do seu valor

*image  
not  
available*

empresários através do lucro. O que se espera deles é que reinvestam a maior parte desse excedente nos setores que a sociedade determinar através das suas demandas explicitadas no mercado.

Numa economia centralizada, o excedente seria apropriado através das empresas estatais, convertido num grande fundo de investimento e alocado de acordo com os critérios determinados pelos “engenheiros sociais”, nome elegante dado aos burocratas que trabalham sob a proteção de um déspota esclarecido ou, o que é a mesma coisa, sob o controle do “partido único”. Em princípio (eis o “sonho” voltando...), desde que os problemas de informação (que são resolvidos pelo mercado) pudessem ser superados e fosse possível estabelecer incentivos que compatibilizassem os interesses do “cidadão-burocrata” com os do “cidadão-consumidor”, a economia centralizada talvez pudesse funcionar razoavelmente sem comprometer a liberdade individual do consumidor, mas não a do trabalhador.

A história do mundo soviético mostrou, concretamente, o que alguns economistas nos anos 1930 (Von Mises, em particular) já haviam intuído. A economia de mercado, apoiada no respeito à propriedade privada, funciona porque, bem ou mal, resolve o problema da “informação” sem exigir o constrangimento físico do trabalhador e sem controlar os desejos do consumidor. É a única forma que o homem encontrou (até agora) para conciliar razoavelmente a eficiência produtiva (o desenvolvimento econômico) com a liberdade individual. Entretanto, ela é incapaz de produzir uma razoável igualdade de oportunidades para todo cidadão, independentemente de sua origem, cor ou

*image  
not  
available*

## Setor privado e setor público

*Publicado em 6 de fevereiro de 2007*

---

EM 1947 FUI TRABALHAR, selecionado por concurso público, na oficina mecânica da Mooca, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do estado de São Paulo. Naquele tempo, o expediente era de seis horas, o que me permitiu frequentar a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Eu tinha vindo de uma empresa nacional (a Companhia Gessy Industrial), onde trabalhara de 1942 a 1946 e havia feito uma pequena carreira: de “office boy” a “correspondente”. O que mais chamou minha atenção na mudança foi a diferença do ambiente de trabalho.

A Gessy era uma sólida empresa nacional, no “estado da arte”: competia com as maiores empresas internacionais do ramo instaladas no Brasil. Propriedade familiar, tinha sua própria pesquisa, um sistema de propaganda e marketing altamente eficiente e, o que era importante, boa taxa de retorno. O que caracterizava o seu ambiente era a vigilância permanente dos concorrentes, imitando-os, superando-os e mantendo viva a chama da competição. A empresa cooptava o esforço dos colaboradores com a observação cuidadosa do seu

*image  
not  
available*

## O curto e o longo prazos

*Publicado em 31 de julho de 2007*

---

HÁ QUASE 110 ANOS, um famoso economista, o sueco Knut Wicksell, disse que

não é preciso muitas palavras para demonstrar como é importante que o poder de compra da moeda — ou, o que é o mesmo, apenas visto pelo outro lado, o preço das mercadorias — seja tão constante quanto possível. Afinal a moeda já é [em 1898], e diariamente torna-se mais e mais, o padrão de medida de todos os valores e a base de todos os contratos, uma vez que todos os bens são produzidos para a troca e a troca se dá pela moeda... É de todo o interesse, portanto, que tal padrão seja mantido tão estável e invariável quanto seja possível, da mesma forma que os padrões físicos de comprimento, capacidade e peso.

Os economistas dão o nome de “bem público” àquele que possui duas características especiais: 1) quando alguém o utiliza, não diminui a quantidade disponível para os outros, e não há um custo adicional, e 2) quando produzido, ninguém pode ser excluído do seu uso. No caso de tais bens, os consumidores não competem entre si pelo seu uso e todos, sem exceção, podem se



*image  
not  
available*

## Estadóltras e estadofóbicos

*Publicado em 20 de novembro de 2007*

---

ASSISTI NA SEMANA PASSADA a uma obscurantista discussão entre economistas que não conseguem entender as limitações da ação do Estado (estadóltras) e os que não conseguem entender a sua necessidade (estadofóbicos). A história sugere, entretanto, que um Estado constitucionalmente forte, moderado e capaz é condição necessária para despertar o “espírito animal” do empresário, que é, afinal, quem realiza o desenvolvimento econômico num regime de economia de mercado. Não há mercado sem um Estado forte que garanta seu funcionamento e não há desenvolvimento sem mercado. Com um envergonhado cabotinismo, imponho aos meus leitores um texto publicado a respeito há quase meio século, tempo em que essa discussão já era anacrônica:

O ideal que desejamos atingir pode resumir-se em duas proposições básicas: 1) a maximização da taxa de desenvolvimento econômico do país, com uma extensão tão rápida quanto seja possível dos benefícios de tal desenvolvimento a todos os cidadãos, e 2) uma descentralização do poder político que torne possível a todos os cidadãos desfrutar, livremente, desses benefícios.

*image  
not  
available*

## Estado-Indutor

*Publicado em 27 de maio de 2008*

---

A ECONOMIA POLÍTICA É A COMBINAÇÃO de algum conhecimento objetivo (que dependendo da definição pode até ser “científico”) com a nobre e indispensável arte de administrar, que desde Aristóteles tenta facilitar a vida dos homens e dos Estados que os dominam. Depois de tanta ênfase sobre as virtudes dos mercados, dada por uma suposta “ciência econômica”, esta se defronta agora com um estranho comportamento dos Estados (que supõe não existirem!). Diante das dificuldades dos mercados, estes revelaram os reais objetivos que cinicamente sempre esconderam nos saraus literário-musicais elegantes e aparentemente civilizados na ONU.

Já ninguém (nem qualquer teoria) pode ignorar que todos os Estados – todos – buscam três autonomias: a alimentar, a energética e a militar. E os que têm autonomia militar manobram para subtraí-la dos outros. Não é possível que os “cientistas” não se sintam extravagantes quando tentam “ensinar” aos Estados Unidos que a boa teoria dos “preços certos” condena a produção de etanol a partir do milho. E isso tem lá qualquer importância se eles estão tentando recuperar,

*image  
not  
available*

## Tributação e crescimento

*Publicado em 15 de maio de 2012*

---

COMO A HISTÓRIA ENSINA, há aritméticas “desagradáveis” que impõem realismo às políticas sociais e econômicas com excessivo viés quer para o consumo (como é o caso brasileiro), quer para o investimento (como é o caso chinês). Elas sempre terminam de forma traumática quando não pressentidas e corrigidas no momento adequado. Há poucos dias a presidenta Dilma deu uma indicação precisa desse pressentimento quando afirmou que temos de reduzir e melhorar a qualidade de nossa estrutura tributária, sem prejudicar as políticas públicas civilizatórias. No fundo foi uma reafirmação do seu programa inaugural: “fazer mais com menos”, ou seja, aumentar a eficiência do governo para acelerar o crescimento sem reduzir a política de inclusão social.

A carga tributária bruta do Brasil é, de longe, a mais elevada de todos os países que têm uma renda per capita parecida com a sua. E pior: 1) é absolutamente disfuncional, tributando demais os investimentos que são o crescimento futuro e as exportações que financiam esse crescimento sem criar problemas externos; 2) é absolutamente injusta e regressiva; 3) é, talvez, a mais

*image  
not  
available*

## Esquizofrenia hiperativa

*Publicado em 2 de julho de 2013*

---

A “VOZ DAS RUAS” ESTÁ LEMBRANDO aos governos do mundo as prioridades que eles esqueceram. No Brasil, que vive um processo civilizatório de profundidade e rapidez sem precedentes, a insatisfação se relaciona com a péssima qualidade dos serviços de transportes urbanos, o atendimento precário à saúde e o ensino público de má qualidade. E a voz das ruas exige o fim da corrupção, seja lá o que isso for. Em São Paulo, o problema da mobilidade urbana assumiu a condição de tragédia. Há três anos uma pesquisa mostrou a situação pré-incendiária na maior metrópole brasileira: mais de 1 milhão de paulistanos se obrigava, diariamente, a fazer o trajeto entre a casa e o trabalho caminhando, duas, três e até quatro horas. A maior parte por não poder pagar o preço das passagens e também porque, mesmo pagando, o tempo gasto não seria muito diferente. É razoável admitir, como condição “normal” de vida, que uma cidadã ou um cidadão gaste um terço do dia apenas para chegar ao local de trabalho e retornar à moradia geralmente à noite, muitas vezes de madrugada? Até quando tal ordem de coisas seria suportável?



*image  
not  
available*

## Leviatã, obeso e perplexo

*Publicado em 28 de abril de 2015*

---

UM ESTADO CONSTITUCIONALMENTE controlado e capaz de garantir a liberdade de iniciativa individual, de promover uma relativa igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e de regular a atividade dos mercados é indispensável para a construção de uma sociedade civilizada. Quando o poder incumbente, mesmo com a melhor das intenções, ignora as restrições físicas que condicionam a estrutura produtiva e não limita o voluntarismo distributivo, a ação estatal é estimulada. Incorpora um metafísico “élan vital” que o leva a se multiplicar ao mesmo tempo que parece conferir-lhe a onisciência e a onipotência necessárias para justificar a sua onipresença. A experiência histórica mostra que geralmente esse excesso de ativismo termina num Estado obeso, ineficiente e perplexo.

No final do governo Geisel, que enfrentou sérios problemas com a crise mundial do petróleo, a fim de se defender dela foi preciso fazer um “censo” para saber o tamanho que o Estado havia atingido. Foi criada uma secretaria (a Sest) para conhecer e limitar a capacidade de se reproduzir que é parte do DNA das empresas estatais. No governo Figueiredo houve um pequeno

*image  
not  
available*

# Igualdade de oportunidades

*Publicado em 8 de março de 2016*

---

O GRANDE OBJETIVO DO QUE CHAMAMOS a sociedade civilizada é proporcionar a todos os seus membros uma relativa “igualdade de oportunidades”. Isso exige um Estado forte, constitucionalmente controlado, que além de garantir as liberdades individuais seja capaz de cooptar o setor privado para ajudá-lo a sustentar o maior nível de emprego possível sem violar o equilíbrio interno (uma inflação baixa e pouco volátil) e o equilíbrio externo (um déficit em conta-corrente sustentável). Ele assegurará, também: o direito de todo cidadão à saúde e à educação – não gratuita, como dizem seus detratores, mas para todos e paga por todos através de mecanismos tributários gerais. É preciso insistir: quando consideramos a sociedade como um todo, não há nada grátis! Isso, entretanto, é essencial para reduzir as diferenças do aparato de apreensão do mundo dos indivíduos, o que implica, no caso da saúde, que ela deve começar pela proteção da gestante, e que essa nivelção seja complementada pela mitigação das transferências intergeracionais de patrimônio, o que reduzirá as diferenças produzidas pelo acidente histórico e geográfico do local do

*image  
not  
available*

## Protagonismo irrecuperável

*Publicado em 10 de maio de 2016*

---

POR MAIOR QUE SEJA O NOSSO RESPEITO pela pessoa da presidenta Dilma Rousseff, é impossível rejeitar a hipótese de que ela colhe as consequências acumuladas dos equívocos econômicos cometidos a partir de 2012. Em 2011 ela fez uma excelente administração. O PIB cresceu 3,9%; o nível de desemprego foi reduzido a 6%; o índice de desigualdade de Gini caiu; as despesas do governo federal com relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior; o rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody's; o superávit primário foi de 2,9% do PIB; o déficit nominal do setor público foi de 2,5% e a relação dívida bruta/PIB caiu de 51,8% para 51,3%!

De 2012 em diante, Dilma praticou uma política voluntarista mal projetada e com execução ainda pior. Revelou uma nova face: a angústia curto-prazista que namora o mesmo velho populismo que sempre dá errado no longo prazo. A intervenção no setor de energia foi insensata (reduziu o preço aos consumidores no curto prazo, sob o aplauso da sociedade, exibido nas pesquisas do Datafolha). Seu custo foi a destruição

*image  
not  
available*

## A Temer o que é de Temer

*Publicado em 10 de janeiro de 2017*

---

OS CRÍTICOS MAIS RADICAIS do programa que vem sendo executado pelo ilustre presidente Temer entregam-se a uma histeria verbal cacofônica com altos decibéis, mas pouca razão. No fundo, explicitam apenas a enorme dor que sofrem com a perda dos recursos públicos... Fingem ignorar que boa parte das medidas já era necessária e sugerida (mas não praticada!) nos governos Sarney, Collor, FHC, Lula e, particularmente, Dilma. Apenas para lembrar: depois do fracasso do Plano Cruzado, os ministros de Sarney não imploraram em vão pelo controle das despesas? Collor não foi eleito para cortar as despesas com os “marajás”? Depois do enorme sucesso do Plano Real, mas antes de quebrar em 1998, FHC preocupou-se com o equilíbrio fiscal? Lula levou adiante o fundamental “*aggiornamento*” da CLT que estava no seu programa? Aceitou Dilma as propostas do ministro Mantega em 2013 e 2014 para controlar as despesas públicas enquanto pensava desesperadamente na sua reeleição? As propostas de Mantega, aliás, foram recuperadas, aliás, em 2015, pelo ministro Levy quando Dilma buscou – sem sucesso – restabelecer a aliança com os eleitores que havia traído.



*image  
not  
available*

## De onde partimos e aonde chegamos

*Publicado em 23 de maio de 2017*

---

SÓ INSENSATOS NÃO VEEM que o Brasil precisa, urgentemente, de reformas, depois da tragédia de trinta anos de governos que oscilaram entre aceitáveis e medíocres. Com boa intenção, levaram o país de volta à condição de fornecedor de alimentos e matérias-primas para os países desenvolvidos. Não é possível esquecer que nos anos 1970 tínhamos uma indústria sofisticada (opinião do Banco Mundial), cujas exportações cresciam ao ano 15% mais do que as exportações mundiais de manufaturados! Temos sempre insistido que o míope liberalismo cambial que só existe nos livros-textos com hipóteses utópicas, quando posto em prática, determina a estrutura produtiva do país. Foi o que nos aconteceu nos últimos trinta anos. Esquecemos que ele só funciona quando a soma da taxa de juro real interna com a taxa de risco do país é parecida com a taxa de juro real mundial. Quando isso não existe, a taxa de câmbio se transforma num ativo financeiro que serve à especulação e nada tem a ver com a economia real. Diante do quadro lamentável em que nos encontramos, alguém tem coragem de afirmar que uma

*image  
not  
available*

**A ECONOMIA  
E SUAS TRIBOS**

*Uma discussão de teoria econômica*

---

*image  
not  
available*

## Monetaristas e desenvolvimentistas

*Publicado em 25 de junho de 2002*

---

A TENTATIVA DE SEPARAR OS economistas em duas tribos rivais, os monetaristas e os desenvolvimentistas, é mero expediente semântico que constrói espantalhos para serem combatidos mais facilmente. Os monetaristas atacam dizendo que os adversários são irresponsáveis e que defendem o “desenvolvimento a qualquer custo, o que, afinal, não produz desenvolvimento, mas sim inflação”. Os desenvolvimentistas, de sua parte, respondem que os adversários querem “a estabilidade como um fim em si mesmo, como uma espécie de satisfação estética que impede o desenvolvimento”.

Na verdade, os economistas das duas tribos tiveram a mesma formação, obtida nas mesmas escolas (nacionais e estrangeiras), estudaram pelos mesmos livros e, do ponto de vista do que se considera a “ciência econômica”, tendem a admirar os mesmos autores. Os monetaristas são portadores da velha tradição de uma sociedade mais harmoniosa que descobriu no mercado uma forma de organização econômica eficiente e que permite a liberdade individual. Ela funciona melhor quando o Estado respeita as suas “leis naturais”, mantém a ordem, proporciona a

*image  
not  
available*

a imaginação e a ação de empresários ousados cujo “espírito animal” tomará risco e gestará novas combinações produtivas. Pode-se dispor de todos os ingredientes para produzir o desenvolvimento – mão de obra educada e sadia, razoável infraestrutura, impostos parcimoniosos, ciência básica adequada, disponibilidade de crédito e pesquisa tecnológica e poupança (até forçada...) – sem que se obtenha um crescimento eficiente e duradouro, como provaram as economias do “socialismo real”. As pesquisas empíricas não cessam de acumular evidências de que a “poupança” provavelmente sucede ao crescimento, em lugar de anteceder-lo.

Todas elas mostram, também, que o nível de educação (não apenas o número de anos de escolaridade, mas a qualidade do ensino) é, no longo prazo, um dos fatores mais importantes para a determinação da taxa de crescimento dos países, por sua influência múltipla em todos os fatores. Quando o país é submetido a um processo de globalização acelerada, a importância da educação aumenta ainda mais. Os setores mais modernos que vão crescer mais depressa exigem em geral menos mão de obra (porém mais qualificada) por unidade de produto. Se o país não construiu uma rede de proteção pela educação acelerada e um estímulo ao rápido crescimento do “resto” da economia, a pobreza e a desigualdade crescerão com a globalização. É preciso, portanto, acelerar dramaticamente a qualidade do ensino e estimular a criação de uma massa crítica que integre a universidade, os institutos independentes e as empresas na busca da qualidade científica e de novas tecnologias.



*image  
not  
available*

Antes dessa definição e depois dela, centenas de outras foram propostas, mas nenhuma com a mesma felicidade ao captar o essencial para o desenvolvimento econômico: 1) a atitude amigável do poder público (a garantia da propriedade e a legitimidade da apropriação do resultado por quem o produziu); 2) a ênfase em que a subsistência seja obtida pelo próprio agente (e não pelo assistencialismo estatal) e 3) o fato de que o Estado deve ter os recursos para produzir os bens públicos que só ele pode produzir: segurança interna e externa, razoável prestação de justiça e obras cuja taxa de retorno social é maior que a privada.

Smith sugeriu que o conjunto dos agentes econômicos, atendendo ao seu próprio interesse e coordenados pelo mercado, levaria a uma espécie de “ordem natural”, com um sistema de preços que harmonizaria o interesse de todos. Essa hipótese extremamente fecunda deu origem ao famoso *Homo economicus*, que contrabandeou para a economia parte dos teoremas da mecânica racional. Alguns ainda permaneceram disfarçados em parte da teoria neoclássica moderna. Já em 1900 o *Nouveau dictionnaire d'économie politique*, de Say e Chailley, consignava: “Da mesma forma que a geometria elementar, a economia política também tem seus axiomas: ‘o homem procura obter o máximo de riqueza com o menor esforço’”.\*\* Disso ao agente (*Homo economicus*) imortal, amoral, plenamente racional, com preferências bem organizadas, em busca permanente do extremo (máximo ou mínimo), com informação perfeita e conhecimento divino do cálculo diferencial que cultuamos hoje, foi um passo. À medida que os economistas

*image  
not  
available*

às vezes por conta dela mesma. Os agentes econômicos, por sua vez, aprendem continuamente e têm a capacidade de antecipar (não conhecer!) o futuro. Disso resulta que o conhecimento da economia evolui e, com ele, a política econômica.

O exemplo mais claro desse processo é o controle da taxa de inflação. Nos anos 1970, o “estado da arte” recomendava o controle de preços e de salários (até os Estados Unidos, pressionados pela estagflação, aderiram ao programa). Depois do reconhecimento teórico (e empírico) do papel das “expectativas” e da impossibilidade de explorar, no prazo médio e longo, o *trade-off* entre taxa de inflação e taxa de desemprego, a política monetária evoluiu, lentamente, para o que hoje é o estado da arte: um Banco Central autônomo que controla a taxa de juro nominal de curto prazo na esperança de determinar a de longo prazo e que pode, ou não, usar explicitamente o sistema de “metas inflacionárias”. A diferença fundamental entre os anos 1970 e os anos 1990 foi o abandono do câmbio fixo e a liberação dos movimentos de capitais. A realidade mudou, a teoria econômica incorporou essa mudança e a economia política conformou uma nova política monetária.

As crises de balanço de pagamentos dos anos 1980, ligadas à violência e à rapidez com que os capitais entram e saem dos países, colocaram em marcha um volume importante de pesquisas teóricas (construções de modelos que mimetizam as crises) e empíricas para entender o fenômeno da suspensão instantânea da entrada de capitais, como ocorreu com o Brasil no segundo semestre de 2002. Hoje vivemos o mesmo fenômeno

*image  
not  
available*

menos, a de 2006, porque: 1) os homens aprendem, 2) as instituições evoluem endogenamente e 3) eles e elas interagem.

Se o sistema econômico é condicionado pelo tempo histórico e sua vinculação com o resto do mundo é limitada por sua situação no espaço geográfico, como supor que a política econômica conveniente é a informada pela mais recente “teoria econômica” dos países desenvolvidos? Como aceitar, sem nenhuma dúvida, a atemporalidade da teoria e sua invariância geográfica? É claro que conceitos fundamentais da microeconomia se aplicam a qualquer momento (no tempo e no espaço). Mas eles são, apenas, o resultado da matemática da otimização. O mesmo ocorre, aliás, no nível macroeconômico, com o equilíbrio orçamentário, que é apenas uma garantia aritmética para espantar o demônio faustiano da emissão de moeda e o endividamento exagerado. Esses conceitos, entretanto, não são suficientes para determinar o sentido e os limites da política econômica que tem como objetivo *político* maximizar a taxa de crescimento da economia com equilíbrio interno (baixa inflação) e externo (equilíbrio em conta-corrente), ao mesmo tempo que reduz as desigualdades.

Não é possível deduzir logicamente desses princípios que, independentemente do tempo e do espaço, a melhor política econômica é a plena liberdade de movimento dos capitais, a mais irrestrita abertura comercial, a redução absoluta do tamanho do Estado, a total ausência de políticas públicas que estimulem a atividade econômica ou a cega obediência ao mercado. Ainda que tais princípios sejam muito convincentes quando as circunstâncias são adequadas. A história econômica

*image  
not  
available*

físico. A introdução desses elementos financeiros sugere que as flutuações podem mudar de frequência e de profundidade. No limite, eles podem perturbar a evolução da produção real de tal forma que passam a controlá-la introduzindo “ciclos” de otimismo e pessimismo. O ciclo de otimismo tende a convergir ou numa “bolha” que mais dia menos dia acaba se autodissolvendo, ou numa interrupção do fluxo de financiamento produzido por algum fato que gera uma desconfiança que paralisa o crédito. Nos dois casos, depois de ter acelerado o desenvolvimento da economia real (aquela que produz os bens e serviços físicos e determina o nível de emprego), ela cobra um preço alto na forma de uma recessão pelo “exuberante” estímulo que produziu.

Ignorando o fato de que estamos passando de uma situação construída num modelo teórico para a realidade em que vivemos, parece possível afirmar que a história econômica desde a época napoleônica mostra que em toda grande interrupção do sistema produtivo real nunca faltou a importante contribuição do sistema financeiro. É o caso a que estamos assistindo com os descuidados créditos subprime do setor imobiliário americano.

A tendência do sistema financeiro é assumir vida própria. Ele surgiu para auxiliar o funcionamento do sistema produtivo e terminou por dominá-lo. É notável, também, sua capacidade de criar sacerdotes que estabelecem a religiosa “ideologia dominante” (com o perdão do velho Gramsci), ou seja, a crença na inutilidade e prejudicialidade de qualquer tentativa de controle dos mercados. O fato é que o sistema financeiro parece incapaz de controlar os seus próprios agentes. Estes, na verdade,



*image  
not  
available*

pensamento do professor Gudin, e o desenvolvimento não foi obra de Simonsen.

A maior parte do que se chama de “política de substituição de importações” no Brasil é puro mito: construção a posteriori para justificar medidas extremas gestadas por um insuportável estado de necessidade. E, às vezes, apenas tolices imperiais... É claro que os subsídios e estímulos artificiais geram “preços errados” (quando comparados com os de um modelo de equilíbrio geral que produz “preços certos” em condições menos gerais do que parece). Mas, quando a situação é desesperadora pela falta de divisas (por exemplo, a falta de um parafuso importado impede o funcionamento de um trator, o que diminui a produção e aumenta os custos da soja), o que fazer? Quando a falta de componentes importados compromete toda uma linha de produção, reduz as horas trabalhadas e a produtividade, aumenta o custo do trabalho e acirra os atritos relacionais dentro da fábrica, o que fazer?

A falta do produto importado tinha imensos custos sociais e econômicos bem visíveis. E qual seria o custo social dos “preços errados” que estimulariam a substituição do produto importado? Que fatores de produção (já empregados) teriam de ser deslocados da sua atividade atual para produzi-la? Que produção da fábrica (se estivesse a plena carga) seria sacrificada para produzir o novo componente? A resposta é: muito pequena! Existia mão de obra disponível (desemprego) e sempre há alguma capacidade ociosa. Em poucas palavras: a produção de componentes com os preços “errados” não sacrificaria a produção física realizada com os preços “certos”. Na verdade,

*image  
not  
available*

Para mostrar o objeto e o encanto especial da economia, eu pedia aos ouvintes que largassem livremente o lápis que tinham na mão e verificassem, sem nenhuma surpresa, que ele caía ao chão. A pergunta era: por que isso acontece? A resposta pronta da maioria era que tal resultado era produto da gravidade. Eram mesmo capazes de determinar a velocidade, a aceleração e o tempo que o lápis levaria para chegar ao chão. Vinha então a provocação: há alguém capaz de “explicar” (isto é, de entender e medir) como esse lápis veio parar na sua mão? Como foi possível você ir à loja (o mercado) e comprar o lápis (basicamente uma manipulação de madeira e grafite) que satisfaz às suas necessidades escolares? Quem teve a ideia de produzi-lo (o empresário)? Como foi que ele o produziu (problema técnico)? A quem ele estava pensando satisfazer com sua produção (o consumidor)?

A economia procura organizar o nosso conhecimento para entender alguns fenômenos misteriosos como este: por que alguém decidiu plantar uma árvore (talvez na Malásia) para fornecer a madeira? Por que alguém produziu o grafite (talvez na Alemanha) utilizado no lápis? E, acima de tudo, como alguém (o empresário), anos depois, teve a ideia de juntar esses elementos numa inovação (um novo produto) que supunha seria útil (o lápis) e correu o risco de produzi-lo na esperança de vendê-lo em qualquer esquina (o mercado)?

Tentar explicar esse fenômeno levou os economistas a, em dois séculos (desde o último quartel do século XVII, quando o pai da economia política Adam Smith publicou o seu famoso *A riqueza das nações*), construírem um sofisticadíssimo aparato